



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS  
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

**ANA NEIDE LIRA SOUZA GOMES**

**EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: Um instrumento para  
a democratização de saberes**

JOÃO PESSOA – PB  
2014

**ANA NEIDE LIRA SOUZA GOMES**

# **EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA: Um instrumento para a democratização de saberes**

Trabalho Monográfico apresentado ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em convênio com a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência da disciplina Pesquisa Científica para obtenção do título de especialista.

Orientadora: Profa. Ma. Eneida Maria Gurgel de Araújo.

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

G633e Gomes, Ana Neide Lira Souza  
Educação a distância: um instrumento para a democratização  
de saberes [manuscrito] : / Ana Neide Lira Souza Gomes. - 2014.  
41 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação:  
práticas pedagógicas interdisciplinares) - Universidade Estadual da  
Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à  
Distância, 2014.

"Orientação: Profa. Ma. Eneida Maria Gurgel de Araújo,  
Departamento de Educação".

1. Tecnologias da informação e comunicação. 2. Educação a  
distância. 3. Democratização do ensino. I. Título.

21. ed. CDD 372.891

**ANA NEIDE LIRA SOUZA GOMES**

**EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA: Um instrumento para a  
democratização de saberes**

**Monografia defendida e aprovada em 27/09/2014**

**Banca Examinadora:**



\_\_\_\_\_  
**Profa. Ma. Eneida Maria Gurgel de Araújo (orientadora)**  
**Departamento - UEPB**

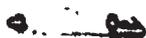


\_\_\_\_\_  
**Profa. Dra. Mônica de Lourdes Neves Santana (Examinadora)**  
**Departamento - UEPB**



\_\_\_\_\_  
**Prof. Me. Jailton Luis Chaves de Lima Filho (Examinador)**  
**Departamento - UEPB**

**JOÃO PESSOA – PB**  
**2014**



*Ao meu querido esposo, filhas, e aos meus pais, por estarem sempre presente em todos os momentos da minha vida.  
Dedico.*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pelo seu infinito amor e por tantas graças concedidas.

Ao meu esposo, pelo apoio, incentivo e por me amar tanto.

Às minhas filhas, pela companhia, doçura e amor.

Aos meus pais, fonte de afeto e carinho.

Aos familiares, pelos momentos sempre juntos.

Aos colegas de turma, pela convivência e amizade que tivemos durante este período de curso.

À mestra e querida orientadora Eneida Maria Gurgel de Araújo, pela dedicação de nos orientar.

A todos os professores, pelos conhecimentos transmitidos, e à Universidade Estadual da Paraíba, por nos ter acolhido tão bem.

## RESUMO

O mundo passa por vastas e intensas mudanças sociais, econômicas e políticas. Um dos vetores de aceleração desse amplo desenvolvimento são as chamadas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) dentro de um contexto no qual a informação ou o conhecimento adquirem centralidade, atuando, na visão de diversos autores, como catalisadores desenvolvimentistas gerando, segundo Castells (2005), Squirra (2002) uma “sociedade da informação” ou uma “sociedade em rede”. Essa “sociedade da informação” ou “sociedade em rede”, conceito trazido, por exemplo, por Hinssen (2003), experimenta um processo evolutivo maior do que o imaginado. Como fruto desse alto desenvolvimento das TIC, surge a Educação a Distância, caracterizada agora como tipo de ensino e não só um desdobramento da educação presencial, segundo o que defendem Freitas e Costa (2005). A alteração em quase 70% de matrículas e de acessos dos mais diversos públicos traz uma noção de EAD atrelada à democratização do ensino, além de se configurar como uma nova ‘cara’ para a educação como um todo, também fazendo parte das interligações e conexões globais e contemporâneas num tripé entre ensino-aprendizagem-tecnologias, essa última atuando como mediação nesse processo educativo. Assim, este trabalho visou resgatar as concepções, as origens e as transformações da EAD no Brasil e no mundo, bem como investigar o processo de democratização do ensino a partir de documentos oficiais, em especial os encontrados na Associação Brasileira de Educação à Distância, bem como nos sites da Organização das Nações Unidas pela Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e do Governo Federal, além de vasta pesquisa bibliográfica.

**Palavras-Chave:** Tecnologias da Informação e Comunicação; Educação a Distância; Democratização do ensino

## ABSTRACT

The world is a vast and intense social, economic and political changes. One of the vectors of acceleration of this development are the Information and Communication Technologies (ICT) in a context in which the information or knowledge acquire centrality, acting, in the view of several authors, such as developmental catalysts generating, according to Castells (2005 ), Squirra (2002), a "information society" or "network society". This "information society" or "network society" concept brought, for example, by Hinssen (2003), experiences a greater than imagined evolutionary process. As a result of this high ICT development, emerges distance education, now characterized as type of education and not just an extension of the classroom education, second Freitas and Costa (2005). The change in almost 70% of enrollments and access the most diverse audiences brings a sense of EAD linked to the democratization of education, and set up a new 'face' for education as a whole, also part of the interconnections and global connections and a tripod between contemporary teaching-learning-technologies, this last act as mediating this educational process. Thus, this study aimed to rescue the conceptions, the origins and transformations of EAD in Brazil and worldwide, as well as investigate the process of democratization of education from official documents, especially those found in the Brazilian Association for Distance Education and as in the United Nations Organization for Education, Science and Culture (UNESCO) and the Federal Government sites, in addition to extensive literature search.

**Keywords:** Information and Communication Technologies; Distance Education; Democratization of education.

## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1: Valores desprendidos em Ciência e Tecnologia	Página 22
TABELA 2: Relação de gênero na procura da EAD	Página 36
TABELA 3: Situação Ocupacional dos estudantes da EAD	Página 38

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Despesas segundo os programas temáticos	Página 21
GRÁFICO 2: Das ofertas em EAD	Página 35
GRÁFICO 3: Das modalidades de EAD	Página 35
GRÁFICO 4: Modalidade x Gênero	Página 37

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 Número de brasileiros na EAD

Página 32

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>P. 12</b>
<b>CAPÍTULO 01: Novo mundo, novos rumos</b>	<b>P. 14</b>
<b>CAPÍTULO 02: Educação à Distância: da legalidade à realidade</b>	<b>P. 21</b>
<b>CAPÍTULO 03: Rompendo barreiras, Democratizando saberes</b>	<b>P. 30</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>P. 38</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>P. 39</b>

## INTRODUÇÃO

O mundo se desenvolve hoje, quase à velocidade da luz. Coisas que há alguns poucos anos eram consideradas cenas dignas de filmes de ficção científica, hoje estão às mãos de uma parte da população em questão de segundos. Celulares que se conectam em locais públicos, que armazenam uma capacidade maior do que da maioria dos computadores tradicionais, ligações para partes do mundo todo com imagens, mensagens instantâneas, GPS com fotos de satélite, dentre outras diversas coisas.

O que esse desenvolvimento nos mostra é um centro em comum: informação. A informação percorre barreiras de tempo e espaço e passa a tentar trazer novas roupagens para as relações sociais, econômicas, políticas. Tudo perpassa a informação. Ela então compreende uma nova área de concentração: Tecnologias da Informação, que, obviamente como exposto em seu nome, une Tecnologia e Informação: os dois pólos convergentes da corrida desenvolvimentista.

A globalização era só o primeiro passo para este vasto processo de conexão existencial. Alguns autores, como Castells (2005), passam a denominar essa nova sociedade proveniente desses polos como “sociedade da informação”; do “conhecimento” ou “sociedade em rede”: na qual tudo é conectado e perpassa a mediação das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC).

Todos os âmbitos são conectados a essa esfera central, incluindo a Educação. A escola, o professor e o aluno passam por um intenso processo de mudança. O novo aluno agora é conectado em rede, recebe informações a todo segundo, procura e encontra qualquer dado em questão de minutos. Este mesmo aluno, é provocado a conhecer mais e mais, como se um link puxasse outro e formasse um novo universo diante de seus olhos. Ele agora não aceita mais ser um depósito de conhecimentos sem autonomia. Ele sabe que ocupa um lugar importante nesse processo de construção de conhecimento: ele precisa ser alcançado, convencido a aprender.

Neste ínterim, a escola rapidamente se adequou. As TIC na educação compreendem um dos campos mais avançados: projetos de inserção de novas tecnologias em sala de aula existem aos montes. São tablets dados aos alunos, aulas dinâmicas e digitais, provas online, dentre outros recursos. O professor, talvez assustado, ainda resiste a tudo isso (de forma genérica), mas também procura seus meios de provocar a interação em sala de aula.

Não é estranho que diante deste novo cenário a Educação a Distância compreenda o campo educacional que mais cresce em oferta e procura na contemporaneidade. Mais de 50% de aumento de matrículas em questão de um ano, mais de 200 instituições oficiais oferecendo cursos que vão desde os técnicos às pós-graduações. A educação está sendo disseminada com a mesma intensidade do que outras conquistas tecnológicas, o que, a nosso ver, propicia uma democratização de saberes.

Democratização no sentido de abranger um público que não seria possível só com o estudo presencial. Percebe-se que não trata de um discurso entre um modo de educação e o outro e sim que as possibilidades geradas pela EAD são infinitas e facilmente constatadas. O censo da EAD de 2012-2013 confirmam que um contingente muito maior está tendo acesso à educação de qualidade e a vantagem apresentada por essa modalidade é que ela rompe, mais uma vez, a barreira do tempo/espaço. Ela está ofertada à disposição do aluno: ele faz seu horário, ele acessa o conhecimento de onde pode acessar. Nesse contexto, o aluno trabalhador, que por possuir uma jornada de 44h semanais, por exemplo, agora pode procurar uma educação que respeita e aceita esse limite. Assim como pessoas no interior do Estado, limitados na questão do espaço, também podem acessar de seu ambiente próprio, dispensando a locomoção à cidades vizinhas, etc.

Assim, esse Trabalho de Conclusão, traz à tona dados disponibilizados pelos órgãos oficiais como a Associação Brasileira de Ensino à Distância e ao Ministério da Educação e Cultura, que comprovam as estatísticas de que a Educação a Distância se configura hoje como um importante instrumento para a Democratização do Ensino. Nesse sentido, dividimos nosso trabalho em três capítulos. O primeiro define a “sociedade em rede”, mostrando o desenvolvimento das TIC que culminam numa Educação à Distância, incluindo um histórico de surgimento e consolidação. O segundo explica a EAD “da legalidade à realidade”, como começa o processo de regulamentação da EAD e como ele é hoje e o que isso representa numa preocupação com a sua expansão. O terceiro aborda os dados obtidos no CENSO 2012, bem como em outras fontes, para mostrar que as estatísticas comprovam, como já dito, seu processo de vasta disseminação do conhecimento.

## Cap. 01: NOVO MUNDO, NOVOS RUMOS.

“Se a revolução digital é toda a piscina, é seguro afirmar que estamos só meio dentro de água. Temos estado a afastar-nos da parte rasa, mas os nossos pés ainda tocam no fundo. E ainda não sabemos se seremos capazes de nadar sem pé.” **(Peter Hinssen)**

Vivemos uma era diferente. Não apenas nas formas de nos relacionarmos ou no jeito que nos vestimos. Estamos inaugurando, segundo alguns autores, uma Nova Era, a Digital. Nela, tudo acontece e é precedido pelas tecnologias: sejam as de comunicação ou as de informação. Notar essa mudança é simples e necessário.

A Era Digital nos trouxe uma nova sociedade, isto é, um novo jeito de vivermos socialmente. Alguns autores chamarão essa sociedade de “da informação”, “do conhecimento” (Squirra, 2005). E o que isso significa? Que o conhecimento, apesar de sempre ter assumido um papel central em todas as sociedades, hoje ocupa o núcleo social. É nele que está e é dele que dependem todas as novas conquistas e os novos desenvolvimentos possíveis para a humanidade. Silva (2007, p. 2) dirá o seguinte:

A sociedade de informação é aquela onde se faz uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC) para fazer a troca de informação digital entre indivíduos e assegurar a comunicação entre estes. Nesta são usados com frequência e abundância os meios de comunicação electrónicos, o telemóvel, a rádio, a televisão, a televisão por cabo, o computador, a internet, entre muito outros instrumentos que permitem às pessoas informarem-se e entrarem em contacto umas com as outras, para além de uma grande multiplicidade de actividades que estão inerentes a estes mecanismos.

Santos e Silveira (2004) afirmam que esta nova sociedade está também sob a tutela de um período “técnico-informacional”. Mas, de fato, o que significaria afirmar que vivemos numa Revolução Digital? Qual o papel desempenhado pelas novas tecnologias? O que mudou e o que ainda precisa mudar? AMARAL (s/d, p.2), assegura que passamos por uma quarta grande revolução mundial, precedida pelas revoluções industriais, qual seja, a digital, definida como:

Trata-se de uma revolução que emana do incessante avanço das tecnologias da informação e da sua há muito esperada convergência com as tecnologias de comunicação e com os “media” dando origem ao que alguns também chamam “economia em rede” ou “sociedade em rede”.

Percebemos que a análise do que seria uma sociedade em rede está intimamente ligada a uma economia em rede, visto que ambos os setores sociais dependem e se desenvolvem pela mesma esfera. Quando falamos “em rede”, lembramos de globalização, processo de universalização em muitos âmbitos que reúne as divergências, sejam econômicas e sociais, e tentam colocar numa aproximação generalizada, colocando o mundo em “conexão”.

Castells (2005) explica que o termo globalizado é sinônimo de “sociedade em rede” e que isto significaria dizer que é a produção, a transferência e a análise dessas informações produzidas que será responsável por uma mudança estrutural nas formas de viver e de se relacionarmos. Neste vasto mundo globalizado e sempre conectado, temos informações divagadas em segundos, pessoas que estão a longas distâncias físicas, comunicando-se por uma tela em tempo real, compartilhamentos em massa de notícias de última hora; temos acesso a internet em antenas distribuídas em praças públicas, pessoas conectadas em transportes públicos, em filas de bancos. A mudança é sentida, é vista e precisa ser levada em consideração. Assim, HINSSEN<sup>1</sup> (2012, p. 45), em entrevista concedida, irá afirmar, sobre a revolução digital, que

encontramo-nos a meio da revolução digital. Passamos os últimos 30 anos a tornarmos digitais, as próximas duas décadas serão sobre tornar-nos ‘*digital smart*’. Quem nasceu depois de 1977 (geração Y) é o melhor exemplo do que significa a revolução digital. Tem altas expectativas sobre tudo o que é digital e não só esperam que tudo seja digital, como também que esteja em permanente funcionamento. Por outras palavras, têm tolerância zero a falhas.

O autor supracitado esclarece é que com o aumento desenfreado das Tecnologias Informacionais (TI), resta menos espaço para a experimentação, para o erro, para o subjetivo. Num mundo *fastfood*, onde tudo está pronto e acabado em questão de segundos, onde as maiores distâncias interplanetárias são metas totalmente possíveis e onde o ser humano se locomove cerca de 100x mais rápido do que há algumas décadas, qual será realmente o espaço para a não-tecnologia? Ela está em tudo que mexemos e vivenciamos e o mundo está em rede. Mitchel (2003, p. 336), afirma que o contexto da sociedade em rede não se limitaria

---

<sup>1</sup> Peter Hinszen é um orador internacional reconhecidos em temas de tecnologias informacionais e do impacto das TI no nosso cotidiano.

ao rápido desenvolvimento da internet, por exemplo, mas que isso faz parte de um amplo processo:

o contexto tecnológico da sociedade em rede é estabelecido não apenas por microprocessadores e pela Internet, mas por uma onda emergente de diversas novas tecnologias que encontra as suas utilizações por relação entre elas.

A relação entre essas tecnologias, os sujeitos, os contextos e os desenvolvimentos é o que define uma sociedade em rede. Entretanto, sabemos que o rápido desenvolvimento é a mola motriz. Sobre a rapidez dessas mudanças, Chatfield (2012, p. 12), compara a rapidez do desenvolvimento das TI com outros grandes fenômenos modernos:

O ritmo com que essas mudanças ocorrem é também sem precedentes. A televisão e o rádio foram inventados há cerca de um século; a prensa há mais de quinhentos anos. Em apenas duas décadas, no entanto, fomos da abertura da internet para o público geral à marca de mais de 2 bilhões de pessoas conectadas; e passaram-se apenas três décadas desde o lançamento do primeiro sistema comercial de celular até a conexão de mais de 5 bilhões de usuários ativos.

Chatfield (2012), também irá atentar para o fato de que o universo digital e de inovações tecnológicas superariam a conexão entre pessoas, passando a existir entre os sujeitos e o ambiente ou entre objetos, exemplificando com chips inteligentes, carros acionados por comando de voz, rastreadores. Cabe ressaltar que Tom Chatfield escreveu isso há dois anos e hoje já vivenciamos tudo que acreditava estar por vir. São dois anos e um salto revolucionário intenso e inovador<sup>2</sup>.

Novas tecnologias também trazem novas formas de nos relacionarmos enquanto sujeitos sociais. Mais uma vez Chatfield (2012, p.21) será preciso ao elencar alguns porquês dessas grandes mudanças sociais:

Todas as tecnologias afetam nosso comportamento à medida que as utilizamos: “moldamos nossas ferramentas, e então as ferramentas nos moldam”, como disse o teórico canadense Marshall McLuhan, pioneiro nos estudos sobre as mídias. Ao nos libertar da segurança do modo de vida diário de caçadas e encontros, as tecnologias, desde a agricultura rudimentar à refrigeração, nos ajudaram a construir cidades e civilizações. Ao alterar nossa mobilidade, as tecnologias de transporte alteraram nossas relações

---

<sup>2</sup> Temos informações de carros que correspondem a comandos de voz, aplicativos que dizem com precisão onde a pessoa está e até telefones (em forma de fones de ouvido) que obedecem a comandos cerebrais, isso sem entrarmos nas inovações na área de robótica.

com o tempo e o espaço. Somos criaturas tecnológicas. Faz parte de nossa natureza ampliar a nós mesmos e ao mundo – a ir além dos limites e nos adaptarmos.

Se antes, os processos de desenvolvimento de novas descobertas estavam intimamente ligados às restrições concretas e reais (seja a prensa, a pintura, o telefone, o microscópio), hoje as tecnologias se desenvolvem praticamente em um universo paralelo e incrivelmente rápido. É só tentarmos absorver a quantidade de páginas, vídeos, sons que explodem sob o nosso campo de visão naqueles cinco minutos que estamos checando e-mails ou mensagens. É só também observarmos nossas salas de aula, nossos alunos equipados com os mais variados aparelhos eletrônicos, nos provocando à uma competição quase desleal.

Silva (2007, p.3) dirá que “A sociedade da informação caracteriza-se acima de tudo pela partilha de dados e pelo acesso à informação a baixos custos, onde a mesma informação, a comunicação e a transmissão de dados é feita com enorme velocidade e facilidade”. É possível percebermos que a grande questão contemporânea no desenvolvimento social da humanidade não está relacionada a petróleo, eletricidade, ouro. Antes, centra-se em um bem simbólico, o saber, este aliado à capacidade de adquirir, preservar e por em prática a enorme quantidade de informações presentes no mundo. Segundo Squirra (2005, p. 256):

Tendo em vista a centralidade da informação nessa nova configuração da sociedade, há de se refletir se estamos em uma sociedade do conhecimento numa sociedade da informação, na qual a humanidade deixa suas bases originais na agricultura, posteriormente na manufatura e industrialização, para ingressar na economia da informação, na qual a manipulação da informação é a atividade principal.

Não significa dizer que outras mudanças e inovações não se configuram como pilares para o desenvolvimento da sociedade. Significa dizer que as TI permeiam quase todo esse processo e que a sua importância, segundo Mitchel (2003, p. 337):

Essas inovações provam a sua importância, não apenas porque nos trazem novas capacidades, mas porque essas capacidades vão ao encontro de reais necessidades humanas num contexto tecnológico previamente estabelecido pelas inovações anteriores e num contexto social em evolução.

O sujeito sempre se apropriou de tudo que lhe era ‘útil’ para a sua sobrevivência, num primeiro momento, e para a sua evolução num segundo momento. É certo que as tecnologias se desenvolvem por seu caráter social, de interligações, de inovações e de evoluções. Mas,

corroborando Mitchel, as tecnologias também moldam um novo homem, uma nova forma de sociabilidade. Ou seja: é a partir da manipulação deste universo de informações expostos diariamente, que teremos como compreender e analisar a nova forma de sociabilidade que surge com esse desenvolvimento informacional e tecnológico, num interligar entre sujeito-objeto-ambiente, numa sociedade informacional. Sobre isso, Chatfield (2012, p. 13) assegura que

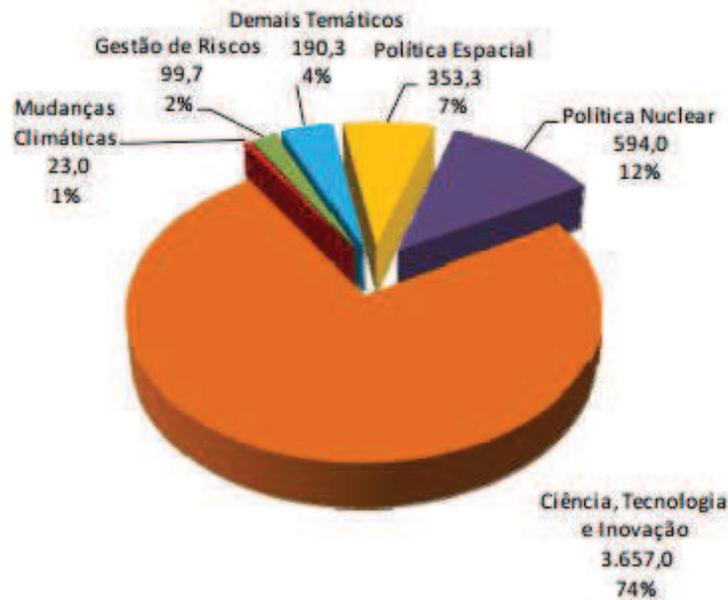
o mundo digital atual não é apenas uma idéia ou um conjunto de ferramentas, da mesma forma que um dispositivo digital moderno não é apenas algo ativado para nos entreter e nos agradar. Ao contrário – para um número cada vez maior de pessoas, é uma passagem para o lugar onde lazer e trabalho estão interligados: uma arena em que conciliamos de forma contínua amizades, notícias, negócios, compras, pesquisas, política, jogos, finanças e muitas outras atividades.

É um novo homem, exposto num novo ambiente, usufruindo de uma nova forma de viver e de se relacionar. Santos (s/d, p.1) nos dirá que

De fato, referida revolução tecnológica trouxe consigo não só mudanças e evoluções técnicas, como também toda uma nova forma de entender o mundo e de se relacionar em sociedade em face do fenômeno da globalização, ao qual já nos acostumamos. As transformações passaram a ocorrer principalmente no campo das ciências, gerando reflexos efetivos e inegáveis nas áreas econômica, social e política, criando um novo ambiente cultural que há alguns anos se convencionou chamar de “Sociedade Global da Informação”.

Outro fator que nos leva a perceber o quanto a área de Tecnologias vem crescendo é, por exemplo, observarmos os investimentos nessas áreas. Encontramos na prestação de contas de 2012 do Governo Federal, um gráfico (gráfico 1) que aponta para o quanto vem sido investido nessa proposta:

**MCTI – DESPESAS EMPENHADAS SEGUNDO OS PROGRAMAS TEMÁTICOS – 2012**



Fonte: Siasi Gerencial

Ou ainda uma tabela comparativa com os valores despendidos entre 2008 e 2012, mostrados na tabela 1.

**Função "CIÊNCIA E TECNOLOGIA" - VALORES LIQUIDADOS - 2008 A 2012**

Função "Ciência e Tecnologia"		R\$ milhões					
	Subfunções	2008	2009	2010	2011	2012	Total
OFSS	571 – Desenvolvimento Científico	765,2	965,8	1.031,1	984,2	1.400,6	5.147,0
	572 – Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	1.139,0	2.123,9	2.351,6	2.191,2	2.376,4	10.182,1
	573 – Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	53,9	39,4	29,7	26,0	20,7	169,8
	Demais subfunções	2.138,3	1.890,6	2.136,5	2.129,4	2.376,7	10.671,6
	<b>Total OFSS</b>		<b>4.106,4</b>	<b>5.019,7</b>	<b>5.548,9</b>	<b>5.330,8</b>	<b>6.174,4</b>
RPNP <sup>2</sup>	571 – Desenvolvimento Científico	112,3	95,8	87,8	133,5	198,8	628,1
	572 – Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	481,2	431,0	523,1	862,8	1.023,6	3.321,8
	573 – Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	41,3	34,1	63,9	61,1	8,8	209,1
	Demais Subfunções	136,8	195,5	187,5	189,2	246,5	955,4
<b>Total RPNP</b>		<b>771,6</b>	<b>756,4</b>	<b>862,3</b>	<b>1.146,6</b>	<b>1.475,7</b>	<b>5.370,6</b>
<b>OI<sup>3</sup></b>	<b>Total Subfunções</b>	<b>1.108,1</b>	<b>1.250,4</b>	<b>1.665,2</b>	<b>2.206,8</b>	<b>2.457,2</b>	<b>8.687,7</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>5.976,3</b>	<b>7.026,4</b>	<b>8.076,5</b>	<b>8.784,1</b>	<b>10.109,5</b>	<b>39.972,7</b>

Fonte: Siasi Gerencial. Extração em 24/01/2013, base 23/01/2013.

<sup>1</sup> Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

<sup>2</sup> Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

<sup>3</sup> Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício e de exercícios anteriores.

Se todos os aspectos sociais estão pré-dispostos e conectados a essas inovações, como seria este processo com a educação? Ela serviria para mediar esse vasto desenvolvimento? Seria responsável por democratizar o acesso a esses meios? Também sabemos e entendemos

que o desenvolvimento tecnológico abriu uma nova gama de exclusões sociais, seja pelo não contato com as novas mídias ou pelo contato mínimo e insuficiente às mesmas.

Segundo Gouveia e Caio (2004), a internet, aqui tida como um exemplo dessas tecnologias, seria um “abrir de portas” para a instrução e também para o acesso a essa informação produzida, o que levaria a um desejo de mais e mais informações (similar ao conhecimento gerando desejo de mais conhecimento), o que culminaria numa população sedenta por mais saber. Nesse sentido, Silva (2001, p. 37) assevera:

O impacto das transformações de nosso tempo obriga a sociedade, e mais especificamente os educadores, a repensarem a escola, a repensarem a sua temporalidade. E continua. (...) É necessário pensarmos a educação como um caleidoscópio, e perceber as múltiplas possibilidades que ela pode nos apresentar, os diversos olhares que ela impõe, sem contudo, submetê-la a tirania do efêmero.

O processo educativo muda com a presença constante das tecnologias que invadem as salas de aula, seja por parte dos alunos – agora mais “dotados” de saberes, deixando de existir apenas como depósitos de conteúdos ao bel prazer do professor, passando a sujeitos ativos e questionadores – seja por parte de novos recursos que visam capturar a atenção deste novo aluno. Essas mudanças também são percebidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). O CNE, em sua reunião de 2001, sobre o novo milênio, escreveu:

É consenso entre professores, associações científicas e classistas, dirigentes de políticas educacionais e mesmo no geral da população instruída que, diante da velocidade com que as inovações científicas e tecnológicas vêm sendo produzidas e necessariamente absorvidas, o atual paradigma de ensino – em todos os níveis (...) é inviável e ineficaz. (Conselho Nacional de Educação, 2001, p.1)

O mundo sabe que mudou. Neste contexto, vemos a Educação a Distância como fruto genuíno desse processo revolucionário e tecnológico, como uma forma de ensino que parece simbolizar como esse novo tempo e se enquadra no processo de ensino-aprendizagem e nas formas educativas contemporâneas.

## CAP. 02: EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA: Da legalidade à realidade

*A educação é um processo social, é desenvolvimento.  
Não é a preparação para a vida, é a própria vida.  
Dewey*

Como demonstrado no capítulo anterior, percebemos a Educação à Distância (EAD) como fruto das Tecnologias da Informação e Comunicação, visto que se caracteriza, essencialmente, por um processo mediado por tecnologias – seja em videoconferências, provas online, fóruns, etc. O que será melhor abordado neste capítulo.

A EAD como conhecemos hoje tem seu histórico recentemente traçado – em meados do século XX – e já aponta para dados surpreendentes de seus resultados e caminhos. Entretanto, outras formas de ensino ousaram quebrar a necessidade intrínseca de aulas presenciais<sup>3</sup>, é o exemplo trazido por Marques (2004) “agricultores e pecuaristas europeus aprendiam, por correspondência, como plantar ou qual a melhor forma de cuidar do rebanho”, e isso marcado por volta de 1850, além de outros cursos por correspondências apresentados nesta época. Faria e Costa (2006, p. 3) dirão *apud* Marques (2004) que no Brasil esse processo teve início em 1904:

No Brasil, a EAD aparece no século passado, por volta de 1904. Na ocasião escolas internacionais que eram instituições privadas que ofereciam cursos pagos, por correspondência. Trinta anos mais tarde, em 1934, já mais concretamente, e a vez do Instituto Monitor iniciar suas atividades e em 1939 o Instituto Universal Brasileiro, em São Paulo.

Temos então como perceber que a origem de uma EAD foram os cursos por correspondência. Alguns fatores se acoplaram a esse processo, que por característica própria, precisa ser mediado – seja por correio, seja por outros tipos de ferramentas. Faria e Costa (2006, p. 6) *apud* Marques (2004) acerca disto, apontarão o rádio como uma das primeiras ferramentas de disseminação do estudo à distância, em meados de 1947, quando

o Senac e o Sesc com a colaboração de emissoras associadas, criaram a Nova Universidade do Ar, em São Paulo, com objetivo de oferecer cursos comerciais radiofônicos. A aceitação foi positiva e em 1950 a Universidade do Ar chegou a atingir 318 localidades e oitenta mil alunos.

---

<sup>3</sup> Aqui trataremos presenciais como ‘em presença de’: professores e alunos ocupando um espaço em comum.

Se o rádio conseguiu proporcionar uma disseminação, em 03 anos, de um contingente de 80 mil pessoas, o que poderíamos esperar com o desenvolvimento da internet? Que interliga pessoas em questão de segundos? As expectativas em relação a EAD eram grandes e, de certa forma, foram correspondidas.

Em 1970, temos a fundação Roberto Marinho com telecursos e apostilas enviadas pelo correio, o que também significou uma mudança considerável na procura da EAD. No mesmo ano, temos a fundação da Universidade Aberta do Brasil, que representou o início da sistematização e normatização dos cursos oferecidos nessa modalidade.

Entretanto, existirá uma diferença significativa entre esses dois tipos de “educação a distância”, o que talvez explique a enorme procura pela EAD da forma que conhecemos hoje. Faria e Costa (2006, p. 2) sobre os cursos por correspondência, dirão que:

Um dos grandes problemas desses cursos relacionava-se à quase que completa falta de interatividade do processo de aprendizagem, devido à dificuldade dos alunos de trocarem experiências e dúvidas com professores e colegas, o que desestimulava e empobrecia todo o processo educacional. Nesse sentido, a ênfase da aprendizagem centrava-se no autodidatismo. Essas dificuldades, aliadas a outras de teor socioeconômico e político-cultural, acabavam por limitar o sucesso desses empreendimentos, que, apesar disto, continuaram a existir.

Essa é uma das questões centrais “resolvidas” pela EAD. A interatividade no processo de ensino-aprendizagem não se limita só ao uso de tecnologias ou aulas super didáticas, com metodologias diferenciadas. É na construção coletiva do saber que reside a sua maior importância. O aluno, parte central desse processo, é provocado a ler, interagir, interpretar e ao professor, mediador desse processo, cabe à provocação ao novo, ao conhecimento.

Se o âmago da EAD está na relação professor-aluno com a mediação das tecnologias, é fato que o processo de ensino-aprendizagem está em total ebulição. O tradicional não cabe nesse processo e nem na Educação como um todo. Todo o processo educativo está sendo reinventado, re-significado, reavaliado. O velho não tem mais espaço, ou ao menos não deveria ter. E essa não é uma discussão rasa de retirar o papel insubstituível do professor ou o aparato importante da lousa ou do livro didático. É uma reflexão que precisa ser feita a partir da nova realidade na qual estamos inseridos: existe um novo aluno, mais ativo, questionador,

entediado. Existe uma nova escola, com computadores, lousas digitais, existem outros instrumentos: celulares, mp3, etc. Não podemos ignorar que isso é fato. Os próprios documentos oficiais de educação reconhecem a necessidade de troca de roupagem nas ações pedagógicas. Com a proposta de alastrar as possibilidades de ensino, essa modalidade é caracterizada, basicamente, pela distância física entre professor e aluno e pelo uso de tecnologias para mediar o processo de ensino-aprendizagem, como expõe Lhamas (1996, p. 17):

Uma estratégia educativa baseada na aplicação da tecnologia à aprendizagem, sem limitação do lugar, tempo, ocupação ou idade dos alunos. Implica novos papéis para os alunos e para os professores, novas atitudes e novos enfoques metodológicos (...).

Esses novos enfoques, na EAD, especificamente, compreendem alguns paradoxos que, segundo Cavalcanti (s/d, p. 3) apresentam-se por dois caminhos:

A inserção das tecnologias no educativo tem causado reações paradoxais. Por um lado, as instituições crêem que, ao vencer barreiras de tempo e espaço, poderão disponibilizar cursos para um número maior de alunos em diversas partes do país e do mundo, o que possibilitar-lhes-á o crescimento. Por outro lado, especialmente o aluno adulto, ativo no mercado de trabalho, vê a EAD como uma alternativa que pode facilitar o seu processo de capacitação profissional permitindo que aprenda de maneira mais flexível.

Vemos assim, que o EAD surgiu como uma aposta certa no campo da democratização e, por que não dizer, disseminação do ensino, já que abrange o público alvo das escolas regulares ou ainda possibilita um tempo de estudo que se adequa ao aluno, por exemplo, ao aluno trabalhador. O que pode nos apontar o último censo sobre a EAD (2012), que, sobre o perfil do aluno dirá que:

Os alunos de EAD, segundo os respondentes, são, na maioria, integrantes do sexo feminino (51%), com idade de 18 a 30 anos (50%), que estudam e trabalham (85%). A exceção em relação à predominância do sexo são os cursos corporativos, em que o público masculino continua maior (52%). Houve a mesma tendência de 2011, contudo, com leve queda em relação à maioria do sexo feminino. (CENSOEAD, p.22)

Com tamanho crescimento previsto, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, tenta, em seu artigo 80, regulamentar essa modalidade de ensino, já destacando a

necessidade de um tratamento específico e diferenciado para tal, delimitando as instituições que poderão ofertá-la e organizá-la, tanto em exames de admissão quanto em formação. Todas serão devidamente credenciadas pela União e os sistemas de implementação poderão trabalhar unidos para tal empreitada. O inciso 4º, aborda o tratamento diferenciado da EAD, qual seja:

§ 4º. A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:  
I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;  
II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;  
III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

Percebemos que as diretrizes norteadoras incentivam a EAD, podemos citar duas razões para o incentivo: facilitar a implementação, dando certa autonomia às instituições, ou em concessões nos meios de tecnologias, que serão os principais responsáveis por esse estudo. Assim, uma disseminação facilitada já é prevista e valorizada nos trâmites legais.

Entretanto, sabemos que o avanço dessa modalidade requereria legislação própria e mais específica do que um artigo na LDB. A partir do final do século XX, a EAD atingiu todos os níveis de ensino, além de ser ofertada pelas esferas públicas e privadas. Segundo a Associação Brasileira de Educação à Distância (ABED), entre 2004 e 2006, o número de instituições que ofertam cursos superiores na modalidade a distância cresceu mais de 35% e o número de alunos mais de 150%<sup>4</sup>.

Temos, em 2005, o primeiro Decreto (Nº. 5.622, de dezembro) que visa regulamentar o artigo 80 da LDB, e é importante observarmos a diferença do tratamento da EAD que passa a ter, segundo o Decreto, passa a ser considerada uma modalidade específica de ensino, não só uma extensão ou um aparato para o ensino presencial. O artigo primeiro definirá o que é a EAD, legalmente:

Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Nesse sentido, a EAD como modalidade de educação mediada por tecnologias de informação, caracterizada pela diferença de lugar e tempo dos alunos e professores.

---

<sup>4</sup> Fonte: Anuário 2007 ABED, disponível em: <<http://www.abed.com.br>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

Entretanto, nenhum curso à distância pode ser considerado 100% não-presencial, o artigo 02 regulamenta as situações necessariamente presenciais, que vão desde estágios obrigatórios à defesa de Trabalho de Conclusão de Curso, o que, a nosso ver, dialogam com a intrínseca necessidade de momentos avaliatórios para além das telas e tecnologias, que nem sempre possibilitam um acompanhamento verdadeiro e real. Segundo o Decreto, a EAD pode ser ofertada da educação básica a cursos de doutorados. Segundo dados do CENSO 2012 da EAD, existem dois tipos de cursos:

Cursos a distância propriamente ditos, nos quais mais de 70% do conteúdo é desenvolvido por meio de atividades a distância. Os alunos estudam por meio de materiais impressos ou de áudio e vídeos (gravados ou ao vivo), de transmissões via satélite ou de tecnologias digitais como computadores, tablets, celulares, entre outros recursos. (...) Quando esses 70% são veiculados por meios impressos, a designação recebida é de curso a distancia por correspondência; se pelo menos 80% dos conteúdos são veiculados pela internet, são designados cursos online;

Cursos *blended*, híbridos ou semipresenciais, referem-se àqueles que combinam atividades presenciais e atividades a distância, com proporção variando de 30% a 70% de uma em relação a outra. (p.30)

Sabemos que existem outras ramificações dessa Educação a Distância, desde cursos livres oferecidos por instituições particulares (profissionalizantes, línguas estrangeiras, saberes específicos), quanto por instituições públicas (muito mais visível no âmbito técnico-profissional), o que demonstra claramente a complexificação pela qual passa a EAD.

A ABED, em um conjunto de legislações estaduais e municipais, lançou um documento o qual contém a legislação vigente em relação a EAD e neste documento, temos um exemplo de dois quesitos que estavam pré-dispostos nos Decretos mostrados anteriormente, demonstra que dos 26 Estados e o Distrito Federal, 10 seguem legislações próprias sobre a EAD, enquanto o restante, incluindo a Paraíba, seguem as disposições nacionais lançadas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Apesar da EAD ser permitida em oferta desde a educação básica à pós-graduação, em 2001, a Resolução 01 do Conselho Nacional de Educação estabelece as normas para essa oferta de EAD em alguns quesitos. A educação básica somente poderá ser ofertada para complementação de aprendizagem ou situações emergenciais, além de educação fundamental de jovens e adultos, ensino médio e educação profissional de nível técnico que é de responsabilidade dos Conselhos Estaduais de Educação, salvo quando a Instituição for vinculada ao sistema federal, a exemplo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

O âmbito de maior oferta e de maior crescimento de procura, em âmbito de EAD, segundo o censo do Ministério da Educação, seria o superior e profissional. Assim, a legislação, acerca da educação superior e profissional, regulamenta que:

Para orientar a elaboração de um projeto de curso de graduação a distância, a Secretaria de Educação a Distância elaborou o documento Indicadores de qualidade para cursos de graduação a distância, disponível no site do Ministério para consulta.

(...) Pós-graduação a distância: A possibilidade de cursos de mestrado, doutorado e especialização a distância (...) determina que os cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) a distância serão oferecidos exclusivamente por instituições credenciadas para tal fim pela União e obedecem às exigências de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento estabelecidos no referido Decreto. (Legislação EAD, p. 187)

A legislação também deixa claro que os cursos de pós-graduação *lato sensu* deverão, necessariamente, conter provas presenciais e defesa presencial de monografia ou trabalhos de conclusão de cursos. Assim, temos um caráter múltiplo e complexo da EAD, deixando cada vez mais claro que se trata de uma tendência que requer, além de legislação própria e específica para seus diversos pólos e possibilidades, uma atenção especial para entendermos o porquê desse crescimento e, mais importante, o quanto isso pode significar para o desenvolvimento social em se tratando de acesso a educação.

Entretanto, observamos também uma resistência à EAD, como se esta fosse percebida como um “caminho mais fácil” ou para pessoas menos comprometidas com o estudo. O próprio Decreto nº 5.622/2005 tenta burlar essa concepção, atrelando condições iguais para a oferta educacional, a exemplo do artigo 3º:

§ 1º Os cursos e programas a distância deverão ser projetados com a mesma duração definida para os respectivos cursos na modalidade presencial.

§ 2º Os cursos e programas a distância poderão aceitar transferência e aproveitar estudos realizados pelos estudantes em cursos e programas presenciais, da mesma forma que as certificações totais ou parciais obtidas nos cursos e programas a distância poderão ser aceitas em outros cursos e programas a distância e em cursos e programas presenciais, conforme a legislação em vigor.

Essa tentativa de diminuir a discrepância dos estudos presenciais e à distância, se configuram, a nosso ver, como um meio de valorizar a EAD, visto que o próprio artigo 80 da LDB/96 dirá que o Governo Federal incentivará a propagação da Educação à Distância e

observamos que esse incentivo é fruto da capacidade que esta nova modalidade de ensino apresenta no acesso à educação, isto é, num processo de democratização do ensino, alastrando as possibilidades de desenvolvimento na área educacional, atingindo públicos distintos e distantes.

Em janeiro de 2007, uma Portaria Normativa foi lançada com o intuito de regulamentar, no âmbito da EAD, a fiscalização e a avaliação das instituições credenciadas que a ofertam. Neste sentido, percebe-se também uma preocupação em padronizar a oferta do ensino, além de evitar que cursos que não atendam às deliberações de conteúdo e exigências presenciais, continuem funcionando, o que mais uma vez nos remete à preocupação com a qualidade do ensino que está sendo ofertado. Na Portaria, temos:

Art. 4º As instituições e cursos superiores na modalidade a distância sujeitam-se a supervisão, a qualquer tempo, nos termos dos arts. 45 a 57 do Decreto nº 5.773, de 2006. § 1º A SEED ou órgão de supervisão competente poderá, no exercício de sua atividade de supervisão, nos limites da lei, determinar a apresentação de documentos, prestação de informações e a realização de avaliações e auditorias necessárias à demonstração do cumprimento dos requisitos de legalidade e qualidade previstos no art. 209 da Constituição

Federal. § 2º A atividade de supervisão do Poder Público buscará resguardar o interesse público e, em especial, a proteção dos estudantes. § 3º O funcionamento irregular de instituição, incluídos os pólos de atendimento presencial, ou curso superior a distância enseja a adoção do disposto no art. 11 do Decreto nº 5.773, de 2006, em especial medida cautelar de suspensão do ingresso de estudantes, caso isso se revele necessário a evitar prejuízo a novos alunos, com fundamento no art. 45 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. (Portaria Normativa, 2007, p. 3)

Com uma maior fiscalização, pressupomos um maior cuidado com a oferta do ensino, visto que a facilidade para se abrirem polos a distância está escancarada nas diversas faculdades de iniciativa privadas e autônomas.

Outro fator que demonstra essa maior preocupação foi o pedido, em julho de 2007 da Secretaria de Educação à Distância e do Departamento de Políticas em Educação à Distância, da inclusão do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) nas Diretrizes para a elaboração dos instrumentos de avaliação no que tange o credenciamento de instituições para a oferta de educação superior a distância, o que foi aceito por unanimidade e demonstrou um passo significativo tanto na aproximação com as regulamentações do ensino presencial, como num compromisso maior de um dos instrumentos avaliativos de maior respaldo do Ministério da Educação, o que continua mostrando a atenção dada à EAD e a tentativa de diminuir as barreiras entre o ensino

presencial, semipresencial e à distância. Neste ínterim, pudemos perceber o quanto a EAD cresceu, visto que de um artigo numa Lei de Diretrizes e Bases, passou a ter legislação própria para regulamentar todos os seus âmbitos. Agora que enxergamos a EAD nos termos legais, vamos analisá-la, a partir de relatórios e censos, como um instrumento munido do poder de democratizar o acesso ao ensino, já que o mesmo pode acontecer de qualquer lugar, a qualquer hora.

Essa característica é a principal condição atrelada ao maior número de pessoas que tem acesso a educação formal, visto que um currículo flexível e maleável (até certo ponto) possibilita uma carga horária adaptada às necessidades de cada aluno. Desde a dona de casa que resolveu voltar a estudar, seja num curso a distância de culinária, biblioteconomia, economia ou letras, até o jovem trabalhador que pretende acrescentar à sua formação, um curso técnico profissionalizante e isso tudo sendo possibilitado a partir de seus trabalhos e seus afazeres. Como isso não possibilitaria uma abertura à educação?

A seguir, um quadro (quadro 1) sobre o número de alunos brasileiros matriculados em 2007:

**Quadro 1-1. Número de brasileiros em cursos de Educação a Distância**

<b>Instituições credenciadas e cursos autorizados pelo Sistema de Ensino (AbraEAD/2008)</b>	EJA, Fundamental, Médio, Técnicos, Graduação, Pós-graduação	972.826
<b>Educação corporativa e Treinamento em 41 empresas (AbraAED/2008)</b>	Formação de funcionários, colaboradores e fornecedores	582.985
<b>Senai</b>	Formação inicial e continuada de trabalhadores (exclui os cursos de formação técnica de nível médio e de pós-graduação)	53.304
<b>Sebrae</b>	Cursos para empreendedores: Análise e planejamento financeiro, Aprender a apreender, Como vender mais e melhor, De olho na qualidade, Iniciando um pequeno grande negócio e Desafio Sebrae	218.575
<b>Senac</b>	Programas compensatórios de matemática e português e cursos de formação inicial e continuada, nas áreas de informática, gestão, comércio, saúde e turismo e hospitalidade.	29.000
<b>CIEE</b>	Cursos de iniciação profissional	148.199
<b>Fundação Bradesco</b>	Escola Virtual	164.866
<b>OI Futuro</b>	Tonomundo	175.398
<b>Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação (Seed/MEC)</b>	Proformação, Proinfantil, Tecnologias na Educação e Formação pela Escola*	8.552
<b>Governo do Estado de São Paulo</b>	Rede do Saber: Crônica na Sala de Aula, Se Toque, Progestão, Viva Japão, PEC Formação Universitária Município, Curso de Pregão Eletrônico, Convênio com Escola Paulista de Magistratura, Videoconferências do Centro Paula Souza, Curso de Iniciação Funcional para Assistentes Sociais do Tribunal de Justiça. / Departamento de Informática Educativa (DIE/FDE): Interaction Teachers, Interaction Students. **	119.225
<b>Fundação Telefônica</b>	Educarede (Projetos Minha Terra, Memórias em Rede, Coisas Boas 2007 e Rede de Capacitação)	9.000
<b>Fundação Roberto Marinho</b>	Telecurso TEC e Multicurso Ensino Fundamental, Tecendo o Saber, Projetos de Formação Educacional, Travessia e Poronga	22.553
<b>TOTAL</b>		<b>2.504.483</b>

Fonte: <http://pt.slideshare.net/agogear/ead-no-brasil>

Percebemos que de 80 mil estudantes, aproximadamente, na década de 80 a 90, temos um abrangente de 2.504.483 estudantes matriculados. A oferta cresce porque a demanda exige. E é com essa noção que vamos desenvolver o próximo capítulo: Quem é a demanda? No próximo capítulo buscaremos analisar essa conjuntura social e, com base em dados obtidos, percebermos se é isso que realmente tem acontecido.

### **CAP. 03: Rompendo barreiras, Democratizando saberes**

*“O homem não é nada além daquilo que a educação faz dele”*

***Kant***

Vimos, sob os ditames legais (que são importantes espelhos numa sociedade burocrática), a importância e visibilidade da Educação à Distância se alastrando. De um artigo que reconhecia a legalidade da oferta, para legislação própria, decretos reguladores de cada parte de seu funcionamento, etc. Também percebemos, na análise das leis, a tentativa de igualar a EAD à educação presencial.

No dia 17 de setembro de 2013, o Ministério da Educação lançou o Censo da EAD correspondente aos anos de 2012-2013. Vamos perceber que além do perfil traçado do novo aluno, teremos estatísticas do número de matrículas triplicadas, além das maiores dificuldades encontrados para a manutenção dos cursos.

A primeira grande informação que temos da Associação Brasileira de Educação à Distância, é um comparativo do número de matriculados, o que nos mostra, claramente, que a procura cresce com o passar de cada ano:

O total de matrículas é de 5.772.466, sendo 5,8% nas disciplinas de EAD dos cursos presenciais autorizados (336.223), 19,8% dos cursos autorizados (1.141.260) e 74,4% dos cursos livres (4.294.982). Em 2012, em relação a 2011, houve um aumento de 52,5% das matrículas na modalidade EAD. (Censo EAD, p.21)

Sobre a procura nos diversos níveis da EAD, temos a procura pelo profissionalizante a nível médio com 31% de matrículas, superior com 62%, sendo 30,8% em licenciaturas, tecnológicos 26% e bacharelados com 25%. Sobre a evasão, temos:

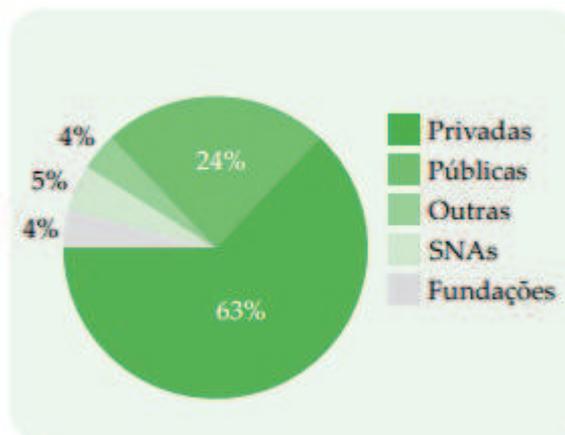
A evasão em 2012 foi menor do que em 2011, correspondendo a 3% nas disciplinas de EAD em cursos presenciais autorizados e corporativos e até 11,74% nos cursos autorizados. As principais causas apontadas para a evasão foram: falta de tempo para o estudo e para participar do curso (23,4%), falta de adaptação à metodologia (18,3%) e aumento de trabalho (15%). (Censo EAD, p.22)

Devemos lembrar que, segundo o CENSO, 85% dos alunos matriculados estudam e trabalham, optando por um curso em horário flexível e com prazos que caibam nas suas

jornadas de trabalho. O mundo de hoje pede profissionalização, esbarramos em frases do tipo “têm emprego, só faltam profissionais qualificados” todos os dias. O que as estatísticas da EAD parecem confirmar é que a classe trabalhadora comprou essa ideia e busca uma profissionalização que reverbera numa qualificação de mão de obra. Também sabemos que muitas empresas passaram a exigir um diploma de ensino superior para a manutenção da vaga e a verdade é que quanto mais qualificada for a mão de obra, mais chances de obter um bom emprego.

E quem oferta esses cursos? Em 2011, segundo o CENSO, a maior parte dos cursos era oferecido por Instituições Particulares sem fins lucrativos (cerca de 40%), em 2012 o primeiro lugar em oferta é cedido a Instituições Particulares com fins lucrativos (beirando os 32%). Para melhor explicar, segue um gráfico do próprio censo:

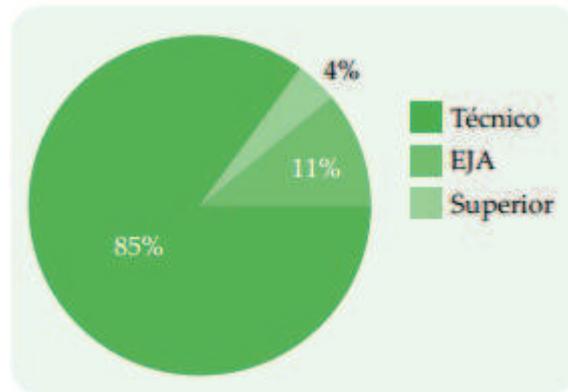
Gráfico 02: Das ofertas de EAD



Fonte: Censo EAD 2012-2013

Em relação à modalidade, temos:

Gráfico 03: Da modalidade ofertada em EAD



Fonte: Censo EAD 2012-2013

Ora, se 85% dos cursos ofertados representam a esfera técnica, mais uma vez podemos confirmar a hipótese do público que procura o curso de EAD, quando temos que um curso técnico é definido como “Formação de curta duração destinada a proporcionar conhecimentos técnicos elementares que permitam ao educando ter acesso a uma profissão de carácter essencialmente prático.” (Censo EAD, p. 15).

Se a maior (e significativa maior) procura seria pela formação ou instrumentalização do saber, podemos afirmar que a necessidade de teorizar um ofício, apresentando técnicas para o desenvolvimento ou um exercício de uma profissão, se enquadrará perfeitamente com a noção do quanto a EAD possibilita uma democratização de saberes (sejam eles técnicos, filosóficos ou práticos). Imaginemos que uma mulher trabalha numa fábrica de produção têxtil e acha que apenas seus dotes anteriormente adquiridos lhe proporcionará o desenvolvimento daquele trabalho. Ao invés de virar “descartável” por não possuir o conhecimento técnico necessário, essa mulher poderá continuar seu ofício e em horário oposto, iniciar um curso técnico à distância, sem prejudicar sua carga horária. Esse é o perfil que estamos encontrando a partir dos dados obtidos no CENSO.

A tabela obtida no CENSO, começa a traçar esse perfil do aluno da EAD:

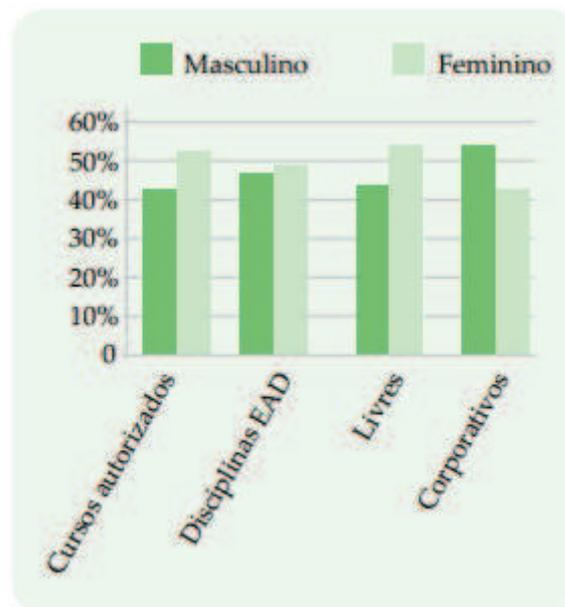
Tabela 02: Relação entre gênero e cursos ofertados

Sexo	Tipos de cursos				
	Autorizados/Reconhecidos			Livres	
	Não corporativos		Corporativos	Não corporativos	Corporativos
	Cursos EAD Completos	Disciplinas EAD			
Masculino	44,61%	49,35%	53,89%	44,86%	59,09%
Feminino	55,39%	50,65%	46,11%	55,14%	40,91%
Total	100%	100%	100%	100%	100%
Informação não disponível	66	73	59	88	80

Fonte: Censo EAD 2012-2013

E, mais especificamente, temos uma participação maior do público feminino quase todos os cursos, com exceção do Cooperativo<sup>5</sup>:

Gráfico 4: Relação modalidades de curso x gênero



Fonte: CENSO EAD 2012-2013

<sup>5</sup> A nomenclatura cooperativa se refere a união entre funcionários e empresas para atualizar a mão de obra, quando a empresa oferece os cursos com recursos próprios.

Em relação a idade dos alunos, o CENSO informa que, em 2012, a maioria dos alunos está na faixa dos 18 aos 30 anos (50%), e entre 31 e 40 anos (43%). A maioria dos alunos com a faixa etária entre 18 e 30 anos está na graduação (33%) e em ensino profissionalizante (24%). A maioria dos alunos entre 31 e 40 anos está em curso superior de graduação e pós-graduação (33% e 34%, respectivamente).

Podemos lançar uma questão acerca da porcentagem relativa à idade. É evidente que os mais jovens estão no ensino profissionalizante e em graduações, enquanto a opção profissionalizante nem apareceu na relação dos que estão entre 31 e 40 anos. Assim, temos a noção de que os que estão entrando no mercado de trabalho procuram profissionalização ou graduações iniciais, enquanto os mais velhos procuram muito mais a pós-graduação.

Para concluir o perfil desse aluno, teremos na tabela dada pelo CENSO, a situação operacional, isto é, se só estudam ou se também trabalham em todas as modalidades de ensino:

Tabela 3: Situação Ocupacional dos  
alunos

Cursos		Nível	Somente estuda	Estuda e trabalha	Estuda e está desempregado	Total %	Não se aplica	Informação não disponível
Autorizados/ Reconhecidos	Não corporativo	Ensino fundamental	26,93%	50,93%	17,50%	100%	132	89
		Ensino médio	15,25%	65,60%	13,50%	100%	129	86
		Ensino profissionalizante	11,04%	72,50%	12,50%	100%	116	95
		Superior – Graduação	12,73%	75,83%	8,27%	100%	100	105
		Superior – Pós-graduação	9,18%	84,53%	6,29%	100%	113	105
		Disciplina(s) obrigatória(s) em qualquer nível	28,33%	68,33%	3,33%	100%	131	101
	Corporativo	Ensino fundamental	0,00%	100,00%	0,00%	100%	144	89
		Ensino médio	0,00%	100,00%	0,00%	100%	145	88
		Ensino profissionalizante	10,00%	83,33%	6,67%	100%	144	88
		Superior – Graduação	5,00%	94,33%	0,67%	100%	143	89
		Superior – Pós-graduação	6,83%	89,67%	3,50%	100%	136	93
		Disciplina(s) obrigatória(s) em qualquer nível	0,00%	100,00%	0,00%	100%	142	91
Livres	Não corporativo		12,30%	74,79%	12,91%	100%	76	112
	Corporativo		6,31%	89,69%	4,00%	100%	105	101

Fonte:

## Censo EAD 2012-2013

Percebemos, a partir da tabela, que a maioria dos alunos estuda e trabalha. Nos cursos autorizados não corporativos, a maior porcentagem ficou com os alunos de pós-graduação, com 85,53% e 100% nos cursos autorizados corporativo. Cerca de 69%, nas disciplinas em EAD, trabalham. Nos cursos livres, 75% estudam e trabalham nos corporativos e 89,69% nos não corporativos.

Com base em todos esses dados, percebemos que o maior crescimento em número de matrículas é o tecnológico, o que pode ser explicado pela procura grande no mercado de trabalho, que a cada dia que passa, torna-se mais exigente.

No portal do INEP, temos as reverberações do CENSO trabalhadas pelo então Ministro da Educação, Mercadante, que dirá: *"Temos 7,2 milhões de estudantes do ensino*

*superior e 7,1 milhões de inscritos no Enem [Exame Nacional do Ensino Médio]", temos um volume equivalente de estudantes no Enem querendo entrar na universidade."*

O contingente de matrículas na EAD equipara-se ao Exame que garante a entrada dos alunos em Instituições Superiores de Ensino, o que representa um momento de grande confiança na modalidade de EAD, quando os alunos optam tanto pelo ensino presencial, quanto pelo a Distância. Segundo Nunes (1994, p. 01):

A educação à distância é um recurso de incalculável importância como modo apropriado para atender a grandes contingentes de alunos de forma mais efetiva que outras modalidades e sem riscos de reduzir a qualidade dos serviços oferecidos em decorrência da ampliação da clientela atendida.

Se aliarmos os dados aqui apresentados à fala de Nunes, perceberemos que é de total coerência, afinal, além do contingente que é abarcado por essa modalidade, temos a questão importantíssima da adaptação do ensino à situação do aluno.

Uma prova disso é a multiplicidade de perfis que procuram a EAD, temos desde jovens que optam ou têm de frequentar uma educação que seja à distância (e aqui poderíamos elencar diversos fatores desde a indisponibilidade de tempo por trabalhar, seja por não ter tido um preparo maior para enfrentar a cruel corrida por uma Universidade Federal ou Estadual, seja por morar longe de alguma Instituição de Ensino), a adultos que não tiveram oportunidade de estudar e agora procuram a EAD como forma de “recuperar o tempo perdido”. Também entendemos que, assim como Miguel e Nicolaio (2010, p. 69), a EAD

Busca diminuir custos, pois diminui também a migração para outros Estados, há a oportunidade de estudo e de escolha de curso em seu próprio Estado. É um fator de crescimento na educação no Brasil.

Outro fator *democratizador* e importante de ser apontado é a eliminação de qualquer situação de favorecimento. O ensino que é ofertado a um contingente X de pessoas, é ofertado da mesma forma para todo esse X. Não importa classe, situação social, histórica, etc. Diversas pessoas estão conectadas a um mesmo ensino, numa mesma preocupação com qualidade. E isso não significa que ela seja oferecida com uma facilidade exarcebada, de fato, o principal responsável por apreender esse conteúdo de alguma forma facilitadora, será o próprio aluno envolvido. Assim, de acordo com Moran (2002, p. 13):

Educação a distância não é um "fast-food" em que o aluno se serve de algo pronto. É uma prática que permite um equilíbrio entre as necessidades e habilidades individuais e as do grupo - de forma presencial e virtual. Nessa perspectiva, é possível avançar rapidamente, trocar experiências, esclarecer dúvidas e inferir resultados. De agora em diante, as práticas educativas, cada vez mais, vão combinar cursos presenciais com virtuais, uma parte dos cursos presenciais será feita virtualmente, uma parte dos cursos a distância será feita de forma presencial ou virtual-presencial, ou seja, vendo-nos e ouvindo-nos, intercalando períodos de pesquisa individual com outros de pesquisa e comunicação conjunta. Alguns cursos poderemos fazê-los sozinhos, com a orientação virtual de um tutor, e em outros será importante compartilhar vivências, experiências, idéias.

As resistências, hoje bem mais reduzidas, talvez se deem exatamente por essa quebra de barreiras. A EAD constitui-se como oportunidade para o aluno do interior, com baixo valor aquisitivo, para o senhor de 70 anos que quer estudar, etc. A EAD significa um corte com a hegemonia dos estudantes. Assim como explicam Miguel e Nicolaio (2010, p. 72):

A EaD, está crescendo de forma significativa, contribuindo na preparação de profissionais qualificados para bem exercer suas funções no seu espaço de atuação. Esta modalidade de ensino consegue abranger lugares precários, onde muitas pessoas têm vontade de aprender e buscam um futuro melhor, por meio de uma formação superior.

Martins (2002) também irá afirmar que a maior parte da clientela que busca a EAD é adulto e trabalhador. Ora, se isso não significa um processo de democratização do ensino, o que mais indicará? Para Silva e Costa (s/d, p. 5):

Democratizar o conhecimento significa possibilitar o contato a ambientes ricos em informações, que seja interativo, cativante e desafiante, e é isso que a EAD se propõe a fazer, fornecer um ensino que traga aos indivíduos novos horizontes de interação e desenvolvimento propiciando um ambiente escolar produtor de novos conhecimentos.

Corroborando todos os autores aqui citados, em junção com os dados claramente constatados, reafirmamos que a EAD é, hoje, a forma mais democrática de permitir o acesso ao conhecimento e aos saberes. Óbvio que não estamos desmerecendo o ensino presencial, entretanto, sabemos que a junção dos dois tipos de ensino – seja num semipresencial, seja cada um a sua maneira – cumprem o mesmo papel: ofertar a possibilidade da construção e da produção do conhecimento a maior parcela possível da sociedade.

Então, se a EAD auxilia nesse processo, de levar conhecimento a mais pessoas, que ela continue se proliferando e cumprindo seu papel de *democratizadora* de saberes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação a Distância é hoje uma ferramenta importante para a democratização tanto do acesso ao ensino, como da produção de conhecimento. Mais de 7 milhões de pessoas se encontram, hoje, matriculadas em uma das diversas modalidades oferecidas pela EAD, desde técnicos à pós-graduações.

Este número, para termos noção, se equipara ao número de inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio que é tido hoje como a porta – obrigatória – de entrada para as Instituições de Ensino Superior Federais e Estaduais, inclusive também é usado como forma de ingresso nas particulares, muitas vezes sendo transformado em descontos ou bolsas.

Esse número mostra, nada mais nada menos, que uma procura pela EAD equivalente ao ensino formal e isso se dá, ao nosso ver, por duas razões principais: Espaço e Tempo. Com dados como o do perfil de pessoas que procuram hoje a EAD, temos uma margem de 86% de trabalhadores. O que significa que as pessoas que deixavam de seguir a carreira acadêmica – no sentido de ingressar numa instituição de nível superior – por ter que trabalhar e não possuir tempo, agora tem essa oportunidade. Isso para não observarmos que 100% dos inscritos em cursos corporativos são trabalhadores.

Outro público também favorecido com essa disseminação da EAD são as pessoas que residem em locais distantes das Instituições que ofertam cursos superiores presenciais. Agora, também podem usufruir de uma educação exposta ao seu modo de organização e didática. Se antes era “fácil” definir o aluno que procurava a EAD, hoje torna-se complexo, visto que a modalidade de ensino se alastrou em todos os níveis, desde o médio profissionalizante (procurado, principalmente, por pessoas entre 18 e 25 anos) a pós-graduações reconhecidas (pessoas entre 31 e 40 anos).

A complexificação do público alvo, a rápida adequação do Ensino a distância aos moldes do presencial, o número impressionante de instituições que ofertam a modalidade, se não compreendem uma prova de uma ampla democratização de acesso ao conhecimento, o que mais compreenderiam? Mais pessoas estão estudando, mais pessoas estão construindo conhecimentos, mais pessoas estão produzindo conhecimento e isso é democratização.

## REFERÊNCIAS

ABEAD - Associação Brasileira de Educação a Distância. Disponível em: [www.abed.org.br](http://www.abed.org.br)

ALVES, João Roberto Moreira. **A educação superior à distância: uma análise de sua evolução no cenário brasileiro.** Disponível em: <[http://www.abed.org.br/informe\\_digital/204.htm](http://www.abed.org.br/informe_digital/204.htm)>. Acesso em agosto de 2014.

ALVES, R.; ZAMBALDE, A. e FIGUEIREDO, C. **Ensino a distância,** Lavras:UFLA/FAEPE, 2004.

AMARAL, L.M. **A sociedade da informação.** Disponível em: <[http://www.apdsi.pt/uploads/news/id545/2-2.3\\_luis%20mira%20amaral\\_070626.pdf](http://www.apdsi.pt/uploads/news/id545/2-2.3_luis%20mira%20amaral_070626.pdf)>. Acesso em agosto de 2014.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional:** nº 9394/96. Brasília: 1996.

\_\_\_\_\_. Decreto Nacional de Educação a Distância: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm)

\_\_\_\_\_. Decreto Nacional de Educação a Distância. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm)

CASTELLS, M. **A sociedade em rede: do conhecimento à ação política.** 2005. Disponível em: <[http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/Sociedade\\_em\\_Rede\\_CC.pdf](http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/Sociedade_em_Rede_CC.pdf)>. Acesso em agosto de 2014.

CHATFIELD, T. **Como viver na era digital.** Editora Objetiva, 2012, RJ.

HINSSEN, P. Entrevista disponível em: <[http://www.peterhinszen.com/downloads/printmedia/189/era\\_digital.pdf](http://www.peterhinszen.com/downloads/printmedia/189/era_digital.pdf)>. Acesso em agosto de 2014.

MITCHEL, W. **E-topia: tecnologias de informação e comunicação e a transformação da vida urbana.** Disponível em: <<http://www.cidadeimaginaria.org/cc/William%20Mitchell.pdf>>. Acesso em julho de 2014.

Entrevista Mercadante. Disponível em: [http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset\\_publisher/6AhJ/content/brasil-teve-mais-de-7-milhoes-de-matriculas-no-ano-passado](http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/6AhJ/content/brasil-teve-mais-de-7-milhoes-de-matriculas-no-ano-passado)

MORAN, José Manuel. **O que é educação a distância.** Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/prof/moran/dist.htm>>. Acesso em 07/07/11.

MARTINS, Onilza Borges. **Fundamentos da educação a distância.** Curitiba. Ed IBPEX, 2005.

MATOS, Marcia Maria; GUAREZI, Rita de Cássia Menegaz. **Fundamentos da educação a distância.** Curitiba, Ed IBPEX, 2008.

MORAN, J. **O que é educação a distância.** 2002. Disponível em <[http://umbu.ied.dcc.ufmg.br/moodle/file.php/117/Nivel\\_0/Conteudo/O\\_que\\_educacao\\_a\\_distancia.pdf](http://umbu.ied.dcc.ufmg.br/moodle/file.php/117/Nivel_0/Conteudo/O_que_educacao_a_distancia.pdf)>. Acesso em 14/04/2008.

MORAN, José Manuel, MASETTO, Marcos & BEHRENS, Marilda. **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** 8ª edição, Campinas: Papirus, 2004.

\_\_\_\_\_. **O que é um bom curso a distância?** Disponível em <[http://www.eca.usp.br/prof/moran/bom\\_curso.htm](http://www.eca.usp.br/prof/moran/bom_curso.htm)>. Acesso em agosto de 2014.

\_\_\_\_\_. **Contribuições para uma pedagogia da educação on-line.** Disponível em <<http://www.eca.usp.br/prof/moran/contrib.htm#dific>>. Acesso em agosto de 2014.

MIGUEL, Luciana; NICOLAI, Kelly. **A democratização do ensino por meio da educação a distância.** Revista Intersaberes. V. 05. N. 09. 2010

SQUIRRA, S. **Sociedade do Conhecimento**. In MARQUES DE MELO, J. M; SATHLER, I. Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2005.

SILVA, A.M.F. **Sociedade da Informação**. Universidade de Coimbra, 2007. Disponível em <<http://www4.fe.uc.pt/fontes/trabalhos/2007011.pdf>>. Acesso em julho de 2014.

SILVA, M. **A urgência do tempo: novas tecnologias e educação contemporânea**. In: \_\_\_\_\_ (org.) Novas Tecnologias: educação e sociedade na era da informática. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SILVA, K. ; COSTA, G. **A democratização do conhecimento através da educação a distância**. Disponível em: <<http://www.objetiva.com.br/arquivos/capas/1167.pdf?1409335703>>. Acesso em junho de 2014.